

GT – QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL
MODALIDADE DA APRESENTAÇÃO: Comunicação oral

**SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE: a atuação do Assistente Social nas ONGs de
câncer infantil de Natal/RN**

Gabrielle Rodrigues Santiago Dantas
Maria Luiza Rodrigues da Cruz
Sarah Rebeca Sales Marques
Sthephany Paloma Sara da Silva
Gilmar Santana (orientador)

RESUMO

As Organizações Não Governamentais surgem visando atender demandas de setores que o Estado, muitas vezes, não consegue suprir. Na saúde há um agravante devido a urgência no atendimento e a falta de recursos para fazê-lo. Nessa perspectiva, o Serviço Social, nessas entidades, enfrenta diversos desafios. Este artigo, assim, objetiva apresentar o trabalho do Assistente Social e identificar os seus desafios dentro das Organizações Não Governamentais de combate ao câncer infanto-juvenil, em Natal. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica, de campo e entrevistas. O estudo explicitou o fazer profissional dos Assistentes Sociais e seus desafios quanto a burocratização no acesso aos serviços públicos, a falta de recursos para atender a uma determinada demanda, além de revelar que posturas conservadoras ainda refletem no dia-a-dia profissional. Observou a importância do Serviço Social nas organizações e na luta pelos direitos da população e a necessidade de se abster de traços conservadores no trabalho do Assistente Social, produzindo conhecimento e consciência crítica sobre o tema.

Palavras-Chave: Serviço Social. ONGS. Câncer infanto-juvenil.

1 A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ONGS

Levando em consideração o eminente crescimento das ONGs (Organizações Não Governamentais) em suas mais diversas ramificações, analisamos neste trabalho a atuação dos Assistentes Sociais nessas organizações, na área da saúde, situadas na cidade de Natal (RN), as quais trabalham no combate, prevenção, tratamento e cura do câncer infanto-juvenil, buscando identificar seus desafios e como lidam com eles.

De acordo com Tachizawa (2004), o público alvo das Organizações Não Governamentais são majoritariamente jovens e adolescentes. No que diz respeito ao câncer infantil, o INCA (Instituto Nacional de Câncer) (2017) registrou que no Brasil o câncer é a causa de morte da maioria das crianças e adolescentes e ainda estimou

que em 2017 haveria "[...] 12.600 novos casos de câncer na faixa etária de zero a 19 anos [...]", o que representa a enorme necessidade por tratamentos para esses jovens e crianças, nos próximos anos. É nesse contexto que se inserem as ONGs de atenção à saúde em casos de câncer infanto-juvenil.

Por isso, como analisa DUARTE (2007), as ONGs assumem um importante papel frente à questão social, e o Serviço Social é uma das profissões que atua nas expressões imediatas dessa questão. O Assistente Social é de suma importância para as organizações do terceiro setor, pois garante a prestação de um serviço eficiente aos usuários. A autora também acredita que os Movimentos Sociais devem andar lado a lado com as ONGs e não possuírem uma posição de enfrentamento.

Nesse sentido, diante da pequena expressão das Organizações Não Governamentais no campo da saúde e da alta demanda de usuários que necessitam de atendimento gratuito, o conhecimento de como o Serviço Social administra o atendimento a esse público e como se dá a sua atuação dentro das entidades se torna cada vez mais necessário nos dias atuais, em que as contradições do capitalismo se acentuam ao vapor da modernização e das modificações constantes nas relações sociais.

Ao que é pertinente a esse debate, a pesquisa bibliográfica se embasou nas obras de Doimo (1995): "A voz e a vez do popular" que reflete a respeito da saga dos movimentos sociais, desde sua gênese nos anos 80 do século XX, e a sua influência na criação das ONGs; Machado (2010): "O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa", a qual remete sobre a atuação do Serviço Social dentro das organizações não governamentais no contexto da sociedade de classes; Duarte (2007): "O Serviço Social nas Organizações Não Governamentais: tendências e particularidades", que trata a respeito do fazer profissional dentro das entidades; Tachizawa (2004): "Organizações não governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e estratégias de atuação", que fala sobre a inserção do Terceiro Setor na sociedade; Iamamoto (2006), "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica", que trata sobre a inserção do Serviço Social na sociedade capitalista, inicialmente, sob a perspectiva tradicional,

para atender demandas da classe dominante; Martins (1997): "O falso problema da exclusão social e o problema da inclusão marginal" abordando sobre o conceito do termo "exclusão" como impróprio e equivocado; Martins (2003): "A sociedade vista do abismo" que traz uma reflexão crítica sobre o tema da exclusão social na atualidade, situando o debate para as novas dinâmicas sociais, culturais e ideológicas; Berger e Luckmann (2004): "A construção social da realidade", os quais fazem análise sobre a importância de perceber como a vida cotidiana privada se produz intrinsecamente ligada à vida pública na história. E INCA (2017), que traz dados relevantes acerca dos casos de câncer infanto-juvenil no Brasil; Netto e Braz (1998): "Economia Política: uma introdução crítica", que falam sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista; e Montañó (2002): "Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social", que descreve acerca do surgimento do Terceiro Setor como uma tentativa de suprir as demandas do Estado. O recorte da pesquisa foi feito com amostras de duas ONGs, dentre uma população de três ONGs que desenvolvem ações em torno do câncer no município. A pesquisa de campo foi feita com instrumental de gênero entrevista, com questionário semiestruturado de perguntas abertas.

2 O CONTEXTO SOCIAL DA PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Diante da expansão do capitalismo e de suas contradições, crises econômicas e sociais se instauram trazendo danos para a população mais pobre da sociedade. Sem acesso ao conhecimento, cultura, política ou capital, diversas pessoas são deixadas a margem de toda riqueza social e material e, ainda que consigam de alguma forma "inclusão" em certos setores da sociedade, como o econômico (por meio do trabalho) frequentemente são excluídas do ponto de vista social (MARTINS, 1997). Tornando, dessa forma, a desigualdade social, a centralização e a concentração de recursos mais evidentes.

O sistema capitalista fornece a privatização de esferas essenciais para a existência humana. Tendo um de seus marcos de ideologia, o neoliberalismo, "[...] fundado na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção

rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado)" (NETTO; BRAZ, p.226). Após as intensas transformações no mundo na economia política do capitalismo do final do século XX, podem-se estabelecer quão profundas foram as mudanças nos processos não só de trabalho, mas em todas as áreas.

Em contrapartida, moradia, educação, transporte e saúde são ofertados no Brasil para aqueles que dispõem de recursos para pagar por seus serviços e produtos. Os mesmos serviços e produtos também são oferecidos aos que não tem condições de pagar por eles, porém, muitas vezes, sem a qualidade que se tem na esfera privada em razão da ineficiência do Estado em atender a imensa procura da população e a insuficiência de investimento nesses setores. Esse quadro provocou o estopim dos movimentos populares visando à obtenção de direitos negligenciados pelo Estado.

No contexto global, esses movimentos se iniciam por volta de 1840, na Europa, com o início do Movimento Social feito pelos operários. Posteriormente, adquiriram viés marxista, na organização da classe trabalhadora em sindicatos e partidos, visando à transformação das relações capitalistas de produção, como afirma Doimo (1995). Entretanto, com o passar dos anos, essa ação foi agregando novos significados e objetivos, não somente para reivindicar melhores condições de trabalho, mas diversos outros direitos que ainda estavam negados para a população.

No Brasil, destacam-se os movimentos sociais no período da Ditadura Militar, que provocaram uma efervescência dos movimentos sociais reivindicantes, sindicalistas, democráticos, trabalhistas, revolucionários etc.

De acordo com Doimo (1995), a sociedade não se considerava representada pelo Estado. Como afirmam Marx e Engels (1987) ele é um "comitê executivo da burguesia", o que conseqüentemente ao atender os interesses da classe hegemônica deixa de atender as demandas sociais da classe trabalhadora.

Em 1990, começaram a ocupar grande espaço na sociedade e a tornarem-se o principal meio de negociação entre o povo e o Estado e, de certo modo, "deslocando a lógica das lutas e das reivindicações para o caminho da parceria e da negociação" (MACHADO, p.272, 2010).

De acordo com Montaño (2002), ambos o segundo setor (organizações privadas), e o primeiro setor (o Estado), não estariam conseguindo suprir as demandas sociais. O Estado por ineficiência, e a organização privada, por essa própria visar apenas o lucro. O qual permanece como instrumento de consolidação hegemônica do capital. Sendo, para o autor, o terceiro setor a representação da fragmentação das políticas sociais e das lutas dos movimentos sociais.

Assim, essas organizações do Terceiro Setor, são pertencentes à sociedade civil, de caráter privado e sem fins lucrativos, além de serem formas organizacionais que possuem institucionalidade. Os projetos que elas desenvolvem são mantidos através de doações da sociedade civil, instituições privadas e algumas parceiras com as públicas. A partir do texto de Montaño (2002), se estabelece uma reflexão sobre o fato de não se dar atenção aos casos de fundações empresariais que financiam determinadas ONGs, fazerem uma “ação direta em comunidades carentes”, muitas vezes essas ações se dão nas mesmas regiões em que estão instaladas, e isso não anula o fato dessas empresas pagarem baixos salários aos seus funcionários, ou demiti-los em massa. É nesse enfoque, que o autor vai colocar essas instituições no contexto da reestruturação do capital, e criticar concepções neoliberais da inserção do terceiro setor como apêndice das políticas neoliberais em seu gestamento, destacando a importância de seu papel ideológico na inserção do debate político para lidar com a Questão Social.

Além do mais, dentre as várias áreas de atuação dessas entidades, observa-se que o setor da saúde é bastante procurado pela população, tendo em vista sua grande demanda e pouca capacidade por parte do Estado de supri-la. Para Machado (2010, p.276) “A atuação das ONGs no campo da saúde concentrava-se predominantemente em uma vertente assistencialista, estendendo cuidados em saúde a grupos excluídos do atendimento do Estado ou de órgãos públicos.” No Brasil seu contingente na área da saúde é pouco expressivo em relação aos demais segmentos.

Entretanto, depois, essas organizações acabaram perdendo uma parte de seu espaço nessa ramificação, por causa da criação do SUS (Sistema Único de Saúde), no Brasil (MACHADO, 2010). Contudo, ainda segundo a autora, elas permanecem

desempenhando um papel de auxílio, com um misto de discurso do conservadorismo com o neoliberal, para aqueles que precisam de atendimento.

As intervenções aparecem atravessadas por antigas práticas de voluntariado, pautadas na cultura do favor, centralizadas na família em interface com a saúde, orientadas por uma gestão na lógica empresarial (eficiência e eficácia) no trato da questão social no processo de saúde-doença, mensurados por indicadores de saúde, sob um verniz do discurso da cidadania. (MACHADO, 2010, p. 278)

Isto posto, ao analisar os cálculos sobre o aumento de casos de crianças com câncer no Brasil (INCA, 2017) se levanta a questão de como as crianças de famílias em estado de pobreza terão acesso a tratamento devido, pois deveria se aumentar proporcionalmente a oferta de tratamento gratuito para esses casos.

3 A EXPERIÊNCIA DIANTE DO PANORAMA ATUAL

3.1 ONG "A"

Estabelecemos contato com algumas instituições esperando evidenciar nossas intenções. O primeiro contato foi feito com a Assistente Social da ONG "A", que possui mais de 25 anos de trabalho na instituição e que seu propósito é dar apoio às famílias das crianças que estão em tratamento oncológico e hematológico crônico. Ela fornece atendimento às famílias, do interior, que são encaminhadas do Hospital "A". Na entidade é realizado o cadastro da criança, para ser encaminhada para os hospitais e lá é fornecido o apoio de hospedagem (para a mãe e a criança), de medicamentos e de alguns exames. O controle é feito manualmente e em planilhas.

Compreende-se que o Serviço Social é a principal entrada dessas famílias para o auxílio à saúde. Fica sob a responsabilidade da Assistente Social de realizar o encaminhamento para os hospitais, de acordo com a necessidade e especificidade do caso do paciente. Todas as crianças que são encaminhadas para a ONG "A", são atendidas e somam uma média de 300 pessoas por mês.

A profissional alegou que a organização não possui vínculo com o Estado para sua manutenção, pois sobrevive por meio de doações da sociedade civil e de empresas privadas. Também fomentou que, pela demanda na saúde ser muito

grande e “o Estado não a atender”, o seu papel é auxiliar a suprir essa demanda, além de fornecer trabalhos educativos, através de orientações e de reuniões com as famílias. Contudo, ela tenta manter um bom relacionamento com os profissionais dos órgãos governamentais, para que o encaminhamento ocorra.

A entrevistada explicou que os movimentos sociais são importantes para a formação e construção do futuro da sociedade e salientou que é importante uma mobilização social para buscar os direitos que vem sendo retirados aos poucos do povo, na atualidade. Expôs que os movimentos sociais estão criando forças, mas que não tem o efeito que tinham anteriormente, além da falta de crença da população sobre os resultados que eles podem gerar. Esses movimentos afetam até mesmo as ONGs. E a falta de políticas públicas para a supressão da necessidade da população faz com que cada vez mais essas entidades apareçam com o propósito de prover um apoio a população. Isso porque as políticas públicas influenciam no trabalho do Terceiro Setor na questão da rede de atendimento.

Logo, algumas das dificuldades mencionadas pela assistente social da ONG “A” decorrem da morte de uma criança, ao acompanhar a família no momento de luto, e quando a organização não consegue suprir uma determinada demanda. Na questão da rede de atendimento, a dificuldade mencionada é “Para onde encaminhar?” Pois, às vezes, os órgãos para onde são encaminhadas as famílias, não atendem o caso. Por isso, é preciso dar uma boa orientação para a família de a criança saber onde buscar o seu direito.

Ela relatou ainda a dificuldade para conseguir alguns serviços pelo governo, devido à burocracia, mas como a própria profissional afirmou: “pela amizade a gente consegue muita coisa”. Esses fatos demonstram características com a sociedade do trato e do contrato, conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Martins (2003), que aborda que essas particularidades são oriundas do desenvolvimento da sociedade capitalista e consistem em formas distintas de tratamento e relações. A sociedade do trato é movida por características pessoais como, por exemplo, privilégios, cordialidades e favores como é perceptível nesse caso. Em contrapartida a sociedade do contrato é definida pelo viés pautado nos direitos, as relações perdem um pouco

das características pessoais apesar de ainda se fazerem presentes, contudo de modo mais mecânico. Nesse sentido, uma ação profissional pautada em ações semelhantes possa, ao invés de destacar o caráter de direito, apresentar uma visão de cortesia, de favor, na prestação dos serviços.

3.2 ONG "B"

De forma semelhante à ONG "A", a ONG "B" realiza o acolhimento ao seu público alvo, crianças e adolescentes com câncer, onde oferece um apoio aos seus usuários com hospedagem, comida e remédios. Não possuindo vínculo financeiro com Estado, apenas se mantendo por meio de doações da sociedade civil e de negociações com empresas privadas e laboratórios. Também foi reafirmado que as ONGs assumem o papel do Estado no setor de saúde.

O Serviço Social, nessa instituição, é a porta de entrada da casa. Nesse setor se realiza a apreensão do impacto do diagnóstico, no qual a assistente social faz visitas domiciliares aos pacientes, entrevistas e análises sociais de suas vidas para pesquisa, além do encaminhamento deles para os hospitais, clínicas, realização de exames, e orientação às famílias. Essas informações são registradas manualmente e no digitalmente. Ademais foi citado, que a ONG "B" tem grande demanda, principalmente de usuários vindos do interior do estado. Os pacientes, geralmente, são encaminhados de outras instituições hospitalares para lá.

Em relação à rede de atendimento, em contraposição aos citados pela primeira profissional, os desafios mencionados foram relacionados à estigmatização da profissão do Serviço Social, quando as famílias dos pacientes não reconhecem a sua intervenção e não seguem suas orientações e encaminhamentos, além do processo burocrático dos serviços fornecidos pelo Estado. Esse processo gera um atraso no atendimento dos pacientes, impossibilitando a efetivação dos direitos assegurados pelas políticas públicas e no acesso aos benefícios sociais, que são necessários para a reprodução social dos indivíduos. Além disso, outro desafio é a falta de consciência por parte dos usuários de que estão recebendo serviços que o Estado deveria garantir. Ao não reconhecerem esses serviços como direito pertinente a todos, acreditando que são privilégio ou um "favor", evidenciando, assim, traços do

pensamento do tradicionalismo da profissão, conforme aborda Iamamoto (2006), que aponta o ideário cristão de caridade, que considera o indivíduo responsável por sua situação e ignora as contradições do capitalismo que o colocam a mercê de uma classe dominante.

4 PERCEPÇÃO DIANTE DA REALIDADE APREENDIDA

A questão da vivência também tem uma posição importante, pois, enquanto a Assistente Social "A" trabalha na instituição há quase quinze anos, a Assistente Social "B" atua no ramo há menos de três. Isso faz com que ambas tenham visões diferentes acerca de determinadas situações, como, por exemplo, das dificuldades enfrentadas e as articulações utilizadas para administrá-las. A profissional "A" expõe que as dificuldades enfrentadas são de cunho burocrático e de não conseguir atender a demanda de pessoas que procuram os serviços da ONG, no entanto ela explicitou que as grandes dificuldades são de cunho emocional em virtude de eventuais óbitos e a dificuldade de lidar com a família que perde o ente querido, ela fala que administra as dificuldades com a burocracia e a demanda fortalecendo vínculos que propiciem a resolução ou a amenização desses problemas e os de cunho emocional ela lida com paciência e resiliência. Em contrapartida a profissional "B" focou mais na questão da precariedade e da burocracia pelos serviços prestados pelo Estado, nos quais ela encaminha os pacientes para utilizar deles, uma vez que são direitos garantidos com respaldo legal. Ela conta que lida com essas dificuldades com insistência e aconselhando os beneficiários a buscar seus direitos. Essa questão da legalidade nos lembra das afirmações de Martins (2003), ao apontar que o capitalismo não conseguiu cumprir a sua promessa histórica de integrar a todos pela igualdade, pela expansão do mercado interno e uma suposta transição social se perde entre ajustes econômicos e sociais. E comparando as articulações utilizadas por essas profissionais podemos ver que a sociedade do contrato (id. 2003) tem falhado muito quanto à garantia dos direitos.

A relação entre as ONGs e os movimentos sociais são de suma importância, pois como Duarte (2007) apud Montaño (2003) explicita, estas devem trabalhar em

conjunto, a ONG não deve estar no lugar dos movimentos sociais porque só eles tem possibilidade de enfrentar a luta política entre os interesses do trabalho e do capital. Entretanto, como foi relatado pelas entrevistadas e discutido por Doimo (1995) que, apesar de enfraquecidos, os movimentos sociais ainda possuem grande importância na consolidação e manutenção dessas instituições, justamente pela luta travada pelos direitos populares que influenciam diretamente no exercício da profissão do Assistente Social e por eles serem o principal motivador para a criação das ONGs.

Nesse contexto, vale salientar que o Estado e a Entidade Privada sem fins lucrativos trabalham, de certa forma, unidas, como Duarte (2007) afirma, porque tanto os órgãos públicos fazem encaminhamentos para as organizações privadas usuários, como de igual modo as organizações encaminham para órgãos públicos.

5 OBSTÁCULOS A SEREM ENFRENTADOS

Constatamos a existência de limitações que comprometem o fazer profissional do Assistente Social dentro dessas instituições. A burocratização exacerbada, falta de recursos públicos para realizar os encaminhamentos necessários e a precariedade dos serviços públicos.

Além disso, identificamos que o conservadorismo também se apresenta como obstáculo na prática profissional. Pois posturas conservadoras acabam influenciando no atendimento ao usuário, não considerando a totalidade da realidade social que ele pertence, o fazendo buscar pelo serviço da ONG pelo fato de não ter acesso ao oferecido pelo Estado. Além de não contribuir para que o indivíduo tenha a consciência de estar buscando um direito e não um favor.

Portanto, como forma de enfrentamento aos desafios evidenciados, apesar de se tratarem de organizações não governamentais, é preciso conceber o trabalho desenvolvido nas ONGs se tratando de um serviço complementar ao ofertado pelo Estado para atender aos direitos da população e não o conceber como caridade. O senso crítico da profissão deve estar presente em todas as áreas de trabalho, para que práticas como esta não sejam perpetuadas, mas sim encerradas.

Também é necessário apresentar aos usuários os seus direitos, institucionalizados pela Constituição de 1988, os quais foram conquistados por duras perdas e lutas da classe trabalhadora. Além disso, é preciso buscar combater o senso comum, através do esclarecimento da função do Assistente Social.

Observa-se que há uma carência de estudos acadêmicos com esse tema e que, por sua relevância na sociedade atual, mais debates devem ser realizados, visando o enriquecimento teórico do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter e LUCKMANN. **A construção social da realidade**. 24. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Anpocs, 1995. 353 p.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social nas Organizações Não Governamentais: tendências e particularidades**. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INCA (Instituto Nacional de Câncer). **Câncer Infanto-juvenil**. 2017. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/dia-mundial-do-cancer/cancer-infantojuvenil.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MACHADO, Graziela Scheffer. **O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v. 102, p.269-288, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n102/a05n102.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do abismo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza. **O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal**. In: MARTINS, José de Souza. Exclusão Social e a Nova Desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997. Cap, 1. p. 25-38.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 6. ed. São Paulo: Global, 1987. 112 p. (Universidade popular).



MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8a Ed. São Paulo: Cortez. 2012.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e estratégias de atuação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.